

## **ATA DA XV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Às nove horas e quarenta minutos do dia dezessete de janeiro de 2005, no IBAMA Sede, Auditório 1, SAIN, Av. L4 Norte – Brasília/DF, teve início a XV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, convidou a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e também Presidente do CNRH, Marina Silva, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Sr. José Machado, e o Sr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da ANEEL, para compor a mesa. A Ministra Marina Silva, em seu pronunciamento, inicialmente cumprimentou os presentes e prosseguiu falando da satisfação em estar nesta reunião do CNRH. Destacou a importância da reunião que se iniciava naquele instante, afirmando tratar-se de um evento relevante no processo da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, colocando em prática instâncias e instrumentos discutidos ao longo das últimas décadas, possibilitando essa oportunidade de discussão de temas de importância nacional. Continuou afirmando ter havido um enorme esforço do Governo, juntamente com o CNRH, no sentido do ordenamento e do disciplinamento dos instrumentos previstos na Lei nº 9.433, de 1997. Ressaltou também a participação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que têm um papel de destaque nesta construção, razão pela qual o governo tem apoiado e participado efetivamente destas instâncias colegiadas. Segundo a Ministra, a tarefa é enorme e certamente não estará concluída em curto prazo, no entanto, iniciou-se um processo sem volta no rumo do ordenamento da área de recursos hídricos do País. Esse início, disse, teria se dado há muitos anos e caberia o orgulho de todos pelas contribuições e pela continuidade dessa construção institucional complexa que os colocaria à altura da respectiva responsabilidade de País detentor de uma das maiores redes hídricas do planeta. Afirmou ainda que, neste processo, a regulamentação e a operacionalização dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos já apresentaram bons resultados, como no caso do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em elaboração, e também com relação à outorga pelo uso dos recursos hídricos e à respectiva cobrança. Além disso, prosseguiu, a edição da Lei nº 10.881, de 2004, criou as condições para funcionamento das entidades delegatárias das funções inerentes às agências de águas em rios de domínio da União, efetivado através de assinatura de contrato de gestão com a ANA, significando um avanço importante que assegurará aos comitês de bacia as condições necessárias para a eficiente gestão de recursos hídricos. Neste contexto legal e institucional, disse, estaria a discussão pública sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Ressaltou que o histórico deste processo seria muito longo para que se fixasse apenas nos acontecimentos mais recentes. Indicou que o Governo Federal teria atendido à solicitação feita pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBH-SF de que fosse elaborado e por ele aprovado um plano de recursos hídricos da bacia, como condição para qualquer encaminhamento relativo ao projeto de interligação de bacias. Pontificou também a elaboração de um programa integrado de desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do rio São Francisco e do semi-árido brasileiro que, atendendo a outra solicitação do Comitê, foi apresentado em cinco reuniões das suas câmaras consultivas regionais e na sua reunião plenária realizada em Salvador-BA. Falou sobre os importantes ganhos que o Governo Federal e o CBH-SF tiveram neste processo de discussão, configurados no Plano Decenal de Recursos Hídricos, no Programa Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Semi-árido Brasileiro, ressaltando que o governo teria tomado a decisão de implementar efetivamente o programa de revitalização e, para tal finalidade, havia alocado recursos da ordem de cem milhões de reais em 2005. Todo este processo, concluiu, teria servido para fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo agora a este Conselho deliberar, por solicitação do Ministério da Integração Nacional, sobre as iniciativas de aproveitamento de recursos hídricos do Projeto, cujas repercussões extrapolariam o âmbito dos estados em que serão implementados, conforme o disposto no inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. Sustentou que esta reunião seria fruto do atendimento à Moção do CBH-SF, cujo teor requeria que a matéria não fosse deliberada na última reunião do CNRH, mas em uma reunião convocada especialmente para esta finalidade. Por último, registrou a publicação do Decreto nº 5.263, de 05 de novembro de 2004, que permitiria ao MMA custear as despesas de participação dos representantes da sociedade civil nas reuniões do CNRH, atendendo a antigas reivindicações daquele setor, e que, nesta XV Reunião Extraordinária estaria sendo efetivada. A Ministra Marina Silva afirmou que neste percurso existiriam e sempre existirão opiniões diferentes, destacando que o importante seria a construção do ordenamento legal e institucional na área de recursos hídricos, objetivando a superação das dificuldades dentro de cenários técnicos de princípios democráticos, o que estaria sendo conquistado a passos largos. Finalmente, desejou boas-vindas a este Conselho ao Sr. José Machado, da ANA, e boa sorte ao Sr. Jerson Kelman em sua nova empreitada à frente da Diretoria da ANEEL, estendendo a todos os votos de uma

60 boa reunião. O Sr. João Bosco Senra agradeceu e convidou o Sr. Jerson Kelman para se pronunciar, que  
61 iniciou saudando a todos os presentes e dizendo que nos últimos quatro anos os debates no CNRH haviam  
62 sido bastante profícuos para a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
63 – SINGREH. Em sua fala, disse que seria preciso uma grande pactuação em busca da solidificação do  
64 pacto federativo no domínio da bacia hidrográfica, no qual o CNRH teria um papel fundamental. O Sr.  
65 João Bosco Senra agradeceu e passou a palavra ao Sr. José Machado, novo Diretor-Presidente da ANA,  
66 que cumprimentou a todos e disse que os desafios existentes na Agência seriam enormes, mas que  
67 pretendia enfrentá-los interagindo fortemente com o CNRH e procurando, de todas as formas possíveis,  
68 colaborar para que o CNRH seja profícuo nas suas decisões. O Sr. João Bosco Senra agradeceu e  
69 convidou o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria Executiva do CNRH, para auxiliar nos trabalhos de  
70 condução da reunião e também compor a mesa, declarando, então, aberta a sessão. Solicitou ao Sr. Luiz  
71 Cláudio Figueiredo que verificasse o quórum do plenário, que foi confirmado em número suficiente para  
72 o início dos trabalhos deliberativos. Após a leitura dos procedimentos regimentais para esta reunião,  
73 foram listados os novos Conselheiros que estariam tomando posse: o Ministério das Relações Exteriores  
74 indicou o Sr. Bernardo Velloso como Conselheiro Suplente; o Ministério da Justiça indicou o Sr. Carlos  
75 Eugênio Timo Brito como Conselheiro Suplente; o Ministério da Cultura indicou o Sr. Aloysio  
76 Guapindaia como Conselheiro Titular e o Sr. Vinícius Adalberto de Souza Barcelos como Conselheiro  
77 Suplente; o Ministério do Meio Ambiente indicou o Sr. José Machado como Conselheiro Titular e o Sr.  
78 Oscar de Moraes Cordeiro Netto como Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
79 de Sergipe indicou o Sr. Howard Alves de Lima como Conselheiro Suplente; o segmento das  
80 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica indicou o Sr. José Eduardo Costanzo como  
81 Conselheiro Titular. O Sr. João Bosco Senra declarou então empossados os novos Conselheiros e  
82 solicitou ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo que lesse a Ordem do Dia: Item 1 - Aprovação da Ata da XIV  
83 Reunião Extraordinária do CNRH; Item 2 – Apresentações: 2.1 – Projeto de Integração do Rio São  
84 Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Ministério da Integração Nacional; 2.2 –  
85 Disponibilidade Hídrica no rio São Francisco para a realização do Projeto de Integração do Rio São  
86 Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – ANA; 2.3 Apresentação do CBH-SF;  
87 Item 3 – Deliberação, em regime de urgência, sobre proposta de Resolução que aprova o aproveitamento  
88 hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste  
89 Setentrional, apresentada pelo Ministério da Integração Nacional. O Sr. João Bosco Senra submeteu então  
90 ao plenário a ordem do dia, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, passou então ao **Item**  
91 **1: Aprovação da Ata da XIV Reunião Extraordinária do CNRH**. A Conselheira Ninon Machado, das  
92 ONGs, propôs modificações que foram incorporadas. Não havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco  
93 Senra colocou a aprovação da ata em votação, o que ocorreu com as modificações sugeridas. Em seguida  
94 passou ao **Item 2.1: Apresentação sobre “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias**  
95 **Hidrográficas do Nordeste Setentrional” – Ministério da Integração Nacional**. O Sr. João Bosco Senra  
96 passou a palavra ao Conselheiro Hypérides Pereira de Macedo, do Ministério da Integração Nacional, o  
97 qual passou a palavra ao Sr. Pedro Brito, Ministro Interino do Ministério da Integração Nacional, para  
98 que proferisse a apresentação (**Anexo I**) relativa ao tema. O Sr. Pedro Brito apresentou um histórico dos  
99 últimos acontecimentos a respeito do projeto de interligação de bacias no Nordeste Setentrional e disse  
100 que, em sua forma proposta, ele viabilizaria um suprimento hídrico para a área mais ocupada do Polígono  
101 das Secas, com 37% da população, atendendo às áreas de menor disponibilidade hídrica regional *per*  
102 *capita*, uma vez que os açudes estratégicos da região já construídos não teriam capacidade de aumento  
103 significativo da disponibilidade hídrica dos rios intermitentes, destacando a necessidade de otimizar a  
104 gestão da oferta hídrica com a redução das perdas operacionais dos açudes. Ressaltou que o rio São  
105 Francisco seria a fonte perene de grande volume mais próxima, propiciando assim menor investimento da  
106 sociedade, e que estaria, inclusive, regularizado no ponto de captação, não carecendo de barragens para a  
107 consecução do Projeto, tampouco causando interferência na sua navegabilidade. Afirmou ainda que a  
108 transferência hídrica média pretendida entre as bacias seria relativamente modesta, de 2,5% da vazão  
109 regularizada do rio São Francisco, trazendo benefícios sociais e econômicos relevantes, não havendo  
110 outro projeto similar com abrangência equivalente no Nordeste. Finalizando, o Sr. Pedro Brito disse que  
111 este Projeto viabilizaria o desenvolvimento sustentável em áreas com potencial produtivo e  
112 competitividade econômica no que tange à inserção regional na economia moderna. O Sr. João Bosco  
113 Senra, finda a apresentação do Sr. Pedro Brito, convidou o Sr. José Machado, Conselheiro do MMA, para  
114 apresentar o **Item 2.2 – Disponibilidade hídrica no rio São Francisco para a realização do Projeto de**  
115 **Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. O Conselheiro  
116 José Machado cedeu então a palavra ao Sr. Alan Vaz Lopes, especialista da ANA, para que realizasse a  
117 apresentação, conforme **Anexo II**, concluindo com a afirmação da disponibilidade hídrica, atual e em  
118 2025, para atendimento ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do

Nordeste Setentrional, conforme a Nota Técnica nº 492/2004/SOC da ANA (**Anexo III**). Em seguida, o Sr. João Bosco Senra convidou o Presidente do CBH-SF, Sr. José Carlos Carvalho, para proferir a apresentação prevista no **item 2.3**. O Sr. José Carlos Carvalho, por sua vez, convidou o Sr. Marcelo Ásfora, Presidente da Câmara Técnica de Planos e Outorga do CBH-SF, para proferir a palestra (**Anexo IV**). O Sr. Marcelo Ásfora, em sua apresentação, se deteve nas seguintes considerações sobre o projeto: não atingiria a população rural, ou seja, o atendimento à população difusa por adutoras seria inviável tecnicamente e transferiria toda a demanda de abastecimento urbano dos municípios (oito e meio milhões de habitantes) para o rio São Francisco; desconsideraria os sistemas de abastecimento existentes (os municípios da região teriam oitenta e sete por cento de cobertura de abastecimento de água) e induziria a sub-utilização dos mananciais locais e a não viabilização de soluções comparativamente mais econômicas; não consideraria o planejamento e as prioridades definidas pelos Estados, impondo novas prioridades e obras não previstas nos planos plurianuais estaduais, bem como um modelo de desenvolvimento baseado no subsídio a atividades que demandariam muita água. Finda a apresentação, o Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao Sr. José Carlos de Carvalho, que parabenizou os apresentadores pela exposição sucinta dos números relativos ao Projeto, dizendo ser de fundamental importância, entretanto, a discussão das razões por trás de cada um deles, importante papel do CNRH. Destacou a alta qualidade técnica do documento que deu origem ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, elaborado no âmbito da ANA. Enalteceu esse momento de debate como um exercício de implantação da Lei nº 9.433, de 1997, objetivando sua eficácia, a implementação dos seus instrumentos e as possibilidades da sua aplicação. Indicou o plano de recursos hídricos de uma bacia hidrográfica como a essência da definição do contido na Lei nº 9.433, de 1997, e que, portanto, a pactuação ocorrida no seu âmbito para alocação das suas águas poderia ser considerada a sua alma, cerne deste debate atual no rio São Francisco. Observou que esta Plenária do CNRH estaria reunida em atendimento ao previsto no inc. III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, que estabeleceria a competência do Conselho para decidir sobre projetos de impacto interestadual, e não como instância revisora para decisão sobre os volumes de alocação já decididos no âmbito do Comitê. Concluindo, caracterizou a fase atual como de construção de um pacto de alocação e de distribuição de águas, carente de um grande acordo, que estaria em andamento. Ratificou os valores aprovados no âmbito do CBH-SF: vazão regularizada de 513m³/s na Represa de Três Marias, de 1.815m³/s em Sobradinho, 1.300m³/s de vazão de restrição e 369m³/s para uso consultivo e alocação no âmbito da bacia, que se constituiriam na primeira fase do pacto. A segunda, disse, estaria em andamento, a definição da distribuição dos 360m³/s entre os estados da bacia, e também em outros estados, em fase de discussão no âmbito da bacia. Simultaneamente, continuou, decidiu-se pela revisão das outorgas, pelo entendimento de que poderiam haver superdimensionamentos que precisariam ser trazidos à realidade do consumo e da demanda efetiva da bacia. Informou que o valor total atualmente outorgado na bacia seria de 335m³/s e que o entendimento no âmbito do CBH-SF seria pela conclusão desse processo de revisão e de definição da alocação de água. Disse que, se antes do entendimento no âmbito da bacia com relação à distribuição dos 360m³/s para os estados que a integram já estaria sendo admitida uma retirada de 26m³/s para fora da bacia, estar-se-ia atropelando a pactuação que vinha sendo construída com extrema dificuldade no âmbito do Comitê. Salientou a condição da bacia hidrográfica do rio São Francisco em que aproximadamente setenta e cinco por cento da água produzida estaria sob domínio dos estados federados. Reforçou que com a indefinição de um acordo de distribuição dos 360m³/s, e também da vazão de entrega dos afluentes de domínio dos estados, não poderia haver pacto, como também água, ou seja, todos esses números se tornariam inexpressivos se os estados não participassem do pacto assumindo uma responsabilidade pela vazão de entrega. Disse que, como representante do Governo do Estado de Minas Gerais, não trazia nenhuma preocupação de natureza hegemônica, mas com o compromisso de pactuação com o Comitê. Disse acreditar que essa reunião do CNRH seria importante para que não houvesse uma “desconstrução” do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Parabenizou a Ministra, pois sabia que essa reunião havia ocorrido por empenho dela, sendo normal que, uma vez esgotada a tramitação do processo no âmbito do Comitê, essa negociação viesse para o CNRH, pois, tratando-se do tema interligação de bacias, o Comitê reconheceria a existência de outros interesses que não estariam localizados na bacia e que também precisariam ser examinados. O Sr. José Carlos de Carvalho destacou que, com isso, o CNRH passaria a assumir a responsabilidade de dar continuidade a esse esforço de pactuação, não acreditando que seria mantida a decisão de exame de matéria dessa magnitude em regime de urgência. Finalizando, reforçou que a bacia teria  $\frac{3}{4}$  (três quartos) de suas águas sobre a gestão dos estados, e que sem essa pactuação estar-se-ia contribuindo para que a implantação do SINGREH se tornasse mais distante do que a sociedade brasileira esperaria. Em seguida, o Sr. João Bosco Senra abriu para perguntas, esclarecimentos e debates sobre as apresentações, esclarecendo que, regimentalmente, cada conselheiro teria três minutos para sua manifestação, abrindo as inscrições para o processo seguinte de discussão

sobre a matéria. Explicou também que os não Conselheiros teriam direito à palavra desde que um conselheiro a concedesse. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, expôs sua perturbação adquirida após leitura da documentação das apresentações, tendo em vista o indistinto uso dos termos transposição e interligação. Asseverou que existiriam também questões mais profundas, esclarecendo que a discussão em andamento se tratava da transposição do rio São Francisco, sobre a qual o Banco Mundial, em um documento sobre as águas do Brasil, anunciara textualmente a precariedade da qualidade do seu projeto. Considerou crucial que, uma vez que no País, segundo a ANA, ter-se-ia setenta e quatro bacias transfronteiriças, esse precedente de se tratar dessa maneira uma questão tão séria, poderia trazer repercussões a curto, médio e longo prazo com os países vizinhos, pois, se essa questão estaria sendo tratada internamente dessa maneira, não se levando em consideração todo processo de construção da Política Nacional, qualquer outro país com quem compartilhamos águas, na medida da necessidade, poderia solicitar o mesmo tratamento, tendo em vista que não se poderia conduzir política nacional e internacional de modos diversos. Lembrou de situação semelhante vivida na construção da hidrelétrica de Itaipu, quando o Brasil teria adotado o princípio da contigüidade e que depois foi modificado quando da adoção do tratado de Brasília sobre a gestão dos recursos naturais a partir da bacia hidrografia que passou a ser referência no direito internacional por ser o primeiro tratado que incorporou o princípio da gestão por bacia hidrográfica. Finalizando, passou a palavra a Sra. Ana Cacilda, que se identificou como advogada da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia, instituição integrante do Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco, que congregaria cerca de sessenta entidades e viria acompanhando passo a passo os acontecimentos referentes à tentativa de implementação desse projeto de transposição proposto pelo Ministério da Integração Nacional. Ressaltou que o Fórum reconheceria a importância e a competência do CNRH para apreciar esta questão, uma vez que o art. 35 da Lei nº 9.433, 1997, lhe atribuiria competência para analisar projetos de grande magnitude, possibilitando também que ele seja a instância de recursos para decisões tomadas no âmbito dos comitês de bacia, como bem ressaltado pelo Presidente do CBH-SF. Destacou que não houvera qualquer recurso, por parte do Governo Federal, com relação ao plano aprovado pelo CBH-SF e também a importância desse Conselho para a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, modelo de gestão descentralizada e participativa que viria sendo adotado como paradigma para diversos outros estados e países. Ressaltou ainda o comitê como um espaço privilegiado que possibilitaria a concretização dessa gestão descentralizada e participativa. A Sra. Ana Cacilda declarou que a aprovação do Projeto na forma apresentada pelo Ministério da Integração Nacional, com previsão de usos para insumo de produção, para irrigação, para carcinicultura, seria um contraponto ao aprovado pelo CBH-SF e que, se isto ocorresse, estar-se-ia atropelando uma instância importantíssima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Relembrou que na Conferência Nacional de Meio Ambiente, convocada com caráter deliberativo pelo Ministério do Meio Ambiente, fora aprovada uma moção de repúdio e uma deliberação de proibição da transposição de águas do rio São Francisco. Ressaltou que nas audiências públicas realizadas pelo CBH-SF teriam ocorrido manifestações unânimes contrárias ao Projeto na forma em que ele se apresentava. Frisou também que na audiência pública recentemente realizada em Fortaleza - CE, a sociedade civil também teria se apresentado contrária a este projeto em sua forma proposta. Solicitou que se a Plenária do CNRH levasse em conta, para sua tomada de decisão, os resultados dessas consultas públicas. Por fim, chamou a atenção dos conselheiros para a questão indígena, afirmando que neste projeto seriam atingidas populações indígenas, que teriam seus direitos protegidos pela Constituição Federal – CF, de 1988. Concluiu dizendo ao plenário que o problema nas regiões potencialmente receptoras dessa obra da transposição seria muito mais de uma lógica da gestão dos recursos hídricos, com privilégios para a agricultura irrigada e a carcinicultura, e que, portanto não havia previsão de que essas águas chegassem à população sedenta do Nordeste, sendo necessário, portanto, a abordagem de outros modelos de desenvolvimento e de convivência com o semi-árido. O Sr. João Bosco Senra agradeceu à Sra. Ana Cacilda e passou a palavra ao Conselheiro José Cisino Menezes, dos Irrigantes, o qual indicou a existência de muitas questões a serem discutidas no Projeto proposto, sendo uma delas a questão da operação dessas águas. Como exemplo, citou a experiência com o Canal de Santo Sidério, onde a população ribeirinha teria um acesso fácil à água e que, portanto, os rios receptores traziam uma boa quantidade de impurezas. Indicou que o Projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional admitia valores discutíveis de evaporação e infiltração, uma vez que no nordeste ocorreria uma evapotranspiração elevada e com isso, ao se transportar água por mais de 400km, como no caso do Eixo Norte, deveria ser mais bem discutida, por exemplo, a perda considerada de apenas 7% por infiltração. Outro ponto relevante, prosseguiu, seria o preço do produto, uma vez que a inexistência de um mercado que compensasse sua venda não justificaria sua produção. O Sr. José Cisino passou então a palavra à Sra. Luciana Curi, Promotora de Justiça do Estado da Bahia e Coordenadora do Projeto de Defesa do Rio São Francisco, que destacou a existência de um conflito no uso das águas

tramitando no CBH-SF, concordando ser o CNRH a sua instância recursal. Reiterou as palavras da Sra. Ana Cacilda com relação à necessidade de apreciação pelo Congresso Nacional para a anuência das comunidades indígenas afetadas, que não teriam sido ouvidas, citando que o §6º, art. 231, da CF-1988, preconizaria que todos os atos deliberados em terras indígenas seriam considerados nulos se não ocorresse essa apreciação prévia. Disse também que outra questão crucial seria a avaliação dos impactos causados pelo Projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional, uma vez que projetos de tal magnitude precisariam ser apreciados no âmbito do CNRH, que deveria ter uma interpretação de máxima proteção ambiental, garantindo a implementação e a integração do SINGREH com as questões ambientais, conforme preconizado pela lei. Finalizando, a Sra. Luciana Curi entregou à Secretária Executiva do CNRH um texto com recomendações (**Anexo V**), solicitando que a deliberação acerca do Projeto em questão somente ocorresse após o seguinte: a autorização do Congresso Nacional; a oitiva das comunidades indígenas afetadas; a decisão do Procedimento Administrativo nº 01/2004, do CBH-SF, referente ao conflito pelo uso das águas; a apreciação dos seus impactos ambientais pelo órgão licenciador; a apreciação no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH, para que houvesse um aprofundamento nas discussões sobre a deliberação e para a efetiva tutela ambiental dos recursos hídricos, pelas razões trazidas no corpo da recomendação e ainda para que, em qualquer tempo, fosse observada sua compatibilidade com as normas de recursos hídricos. Finalizou informando que o Projeto seria objeto de questionamento de uma ação civil pública intentada pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado da Bahia e todas as entidades da sociedade civil integrantes do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra ao Conselheiro Hypérides Pereira de Macedo, do Ministério da Integração Nacional, que teceu comentários a respeito da palestra do Sr. Marcelo Ásfora. Lembrou que o impacto da retirada de água de um rio para sua própria bacia ou outra contígua seria o mesmo. Com referência à outorga da água para irrigação nos estados da Bahia e de Pernambuco, destacou que o princípio básico do uso da água seria o abastecimento humano. Disse que a produção no semi-árido nordestino viria em segundo lugar, ou seja, o uso da irrigação jamais poderia superar a necessidade do suprimento de água para as populações. Em relação a sinergia em Sobradinho, o Sr. Hypérides Macedo opinou que não haveria nenhuma preocupação no âmbito do Projeto em deixar seu lago cheio, tendo em vista a magnitude da evapotranspiração que ali ocorreria. Já em um canal, disse, seu bombeamento de água se traduziria em sinergia positiva, pois a mesma perda seria da ordem de 2% (dois por cento), enquanto numa adutora, 0% (zero por cento). Ressaltou que Sobradinho sempre será um projeto baseado no processo energético, que sempre perderá água para o sol. Esclareceu que a população difusa que o Projeto pleitearia contemplar seria a ribeirinha dos trechos perenizados, não se tratando daquelas populações às margens das estradas. Informou que no Estado do Ceará existiria preocupação com planos de integração de suas bacias, investindo-se recursos próprios, e também, que o Ministério da Integração Nacional vinha envidando esforços junto aos demais estados do nordeste para a execução de projetos similares, objetivando a melhoria da gestão interna dos seus recursos hídricos. Destacou que o Estado da Paraíba já teria seu projeto em curso e afirmou que, em breve, todos os estados do nordeste, incentivados pelo Ministério da Integração Nacional, também o estariam realizando. O Conselheiro Hypérides de Macedo finalizou esclarecendo que o regime de urgência solicitado pelo Ministério da Integração Nacional para o trâmite dessa matéria fora feito tendo em vista o cronograma previsto para as obras. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra ao Conselheiro Howard Alves de Lima, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Sergipe – CERH-SE, que relembrou os conselheiros sobre o acordo, firmado na assembléia eletiva dos representantes dos conselhos estaduais no CNRH, em março de 2003, para que ocorresse uma inversão da titularidade então definida, uma vez vencida a metade do mandato de três anos. Disse que este prazo havia sido alcançado no mês de agosto passado e que até aquele momento, tal acordo não teria sido cumprido. Ressaltou a condição do Estado de Sergipe de dependência em relação às águas do rio São Francisco, uma vez que mais de 50% do abastecimento humano viria daquele rio, destacando ainda as situações impactantes verificadas em sua foz. Passou então a palavra à professora Ivonilde Medeiros, que teceu considerações sobre o Plano da Bacia do Rio São Francisco, aprovado pelo CBH-SF. Disse que esse Plano teria sido construído com debates em todas as regiões da bacia, contando com a participação de vários técnicos da ANA e mais de 15.000 presenças, objetivando a validação de um processo de discussão que, num país democrático como o Brasil, se impunha como necessário. Citou que em outros países democráticos nos quais houvera discussão em relação a projetos de transposição teriam sido necessários anos de discussão, uma exigência de caráter democrático. Indicou que o Plano se constituiria em um primeiro pacto, e que alguns números precisariam ser mais bem discutidos. Disse ter vários questionamentos relacionados à Nota Técnica da ANA (**Anexo VI**), sendo um deles que no âmbito do Plano da Bacia, através de uma discussão bastante democrática, teria sido aprovada deliberação priorizando o uso interno da água da bacia, exceto para os casos de consumo humano e dessedentação animal, uma vez comprovada a escassez hídrica. Outro,

complementou, seria o seu caráter provisório. Finalizando, disse que o pleito do Ministério da Integração Nacional, encaminhado em regime de urgência para análise dessa Plenária, não fora apresentado anteriormente para discussão e conhecimento dos conselheiros e Câmaras Técnicas, nem tampouco as demandas e as disponibilidades hídricas das bacias receptoras. Em seguida, o Sr. João Bosco Senra convidou o Sr. Francisco Assis de Souza Filho, Conselheiro representante das organizações técnicas e de ensino e pesquisa, que em seu pronunciamento comentou que o SINGREH provocara uma reforma transformadora do papel do Estado de planejador e investidor, em um Estado de mediação de conflitos. Disse que o Sistema previra que no processo de tomada de decisão fossem integrados o governo, a sociedade civil e os usuários, possibilitando uma ampliação do espaço democrático e a tomada de decisões mais legítimas do ponto de vista político, submetendo o sistema de planejamento e investimento, que realizaria a construção e operação de infraestruturas hídricas, ao sistema de mediação de conflitos e construção de legitimidades. Uma prova material dos avanços nesse sentido, disse, seria essa possibilidade de discussão sobre a implantação de uma obra definida como estratégica pelo Governo Federal. Indicou que o espírito trazido pela Lei nº 9.433, de 1997, havia criado um sistema de administração de conflitos ao nível administrativo, não judiciário, como o americano, criando os Comitês de Bacia como primeira instância e os Conselhos como uma instância superior de mediação. Esse sistema de mediação de conflitos, disse, teria como um dos seus princípios básicos a tomada de decisão em instância, onde haveria a possibilidade de acesso a todos os atores sociais que teriam os seus interesses ali envolvidos. Como exemplo, citou o Projeto em questão, cujos interesses não se encontrariam em uma única bacia hidrográfica, demandando uma instância de mediação que a todos contemplasse. Nesse fato, concluiu, residiria a inquestionável legitimidade política do CNRH para discutir o tema, estando a legitimidade legal expressa na Lei nº 9.433, de 1997. Disse que a lamentável suspensão da última reunião extraordinária do CNRH, por ato do Poder Judiciário, em resposta à ação do Ministério Público, provavelmente instrumentalizado por atores do SINGREH, se classificaria em um desrespeito à democracia do Sistema, pois inauguraria a indesejável prática de silenciar ou impedir as atividades desse fórum de discussão. Opinou que se questionassem as decisões, mas não o democrático direito de discussão e deliberação em fóruns legítimos e legalmente instituídos. A esse fato, manifestou e solicitou registro do seu protesto. Finalizou destacando que o SINGREH ainda estaria sendo construído e que a internalização de discussões como esta seria decisiva para o seu aprimoramento e fortalecimento. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra ao Sr. Jerson Kelman, que disse que faria alguns destaques. Dentre eles, disse que o Sr. Marcelo Ásfora apresentara um quadro mostrando que o pacto de uso consuntivo seria para 360m³/s, o que, considerando-se uma vazão já alocada de 335m³/s, resultaria em 25m³/s para a outorga. Disse que esse raciocínio não estaria correto, pois conforme trazido pelo Sr. Alan Lopes, da ANA, o consumo médio não poderia ser confundido com a capacidade instalada da bomba. Ressaltou que os 335m³/s representariam a soma das capacidades das bombas, não se traduzindo em consumo médio pelo fato da bomba não permanecer em funcionamento nas 24 horas do dia, 365 dias por ano. Com isso, concluiu, não caberiam comparações. Os números corretos a serem comparados, disse, seriam: a) o consumo atual de 90m³/s, portanto, um quarto dos 360m³/s que se pretendia pactuar na bacia; b) todos os usos consuntivos na bacia que alcançariam, em 2025, conforme trazido pelo Sr. Alan Lopes, 262m³/s. Portanto, disse, haveria margem para se absorver mais 64m³/s da vazão média. Disse ainda que o Sr. Marcelo Ásfora teria razão quando salientara sobre a possibilidade de equívoco trazida na adoção do percentual de 3% para a vazão utilizada para o Projeto. A utilização desse valor, esclareceu, seria obtida com a divisão da vazão média do Projeto, de 64m³/s por 2800m³/s, vazão média do rio. Disse que, tomando-se a vazão considerada alocável, dividir-se-ia 64m³/s por 360m³/s, o que realmente resultaria em 15%. Ressaltou que, entretanto, em todo o mundo, a métrica utilizada em questões similares seria a quantidade de água retirada do rio em relação a sua quantidade média de água. Observou que a Sra. Ivonilde Medeiros dissera que a Nota Técnica da ANA teria um caráter provisório, o que não seria. Afirmou o seu caráter definitivo e que, dada a sua importância, fizera questão de assiná-la, ainda na condição de Diretor-Presidente, em solidariedade aos técnicos que a elaboraram. Ressaltou que, obviamente, a afluência de novas informações poderia implicar em revisão do documento. Disse ainda que o CBH-SF encaminhara correspondência à ANA indagando sobre o balanço hídrico da região receptora e que a resposta dada, contida na apresentação do Sr. Alan Lopes seria a seguinte: 26m³/s, supondo perdas de 40%, que é a média das perdas das companhias de distribuição de água do país, desprezando as perdas de produção e supondo um consumo *per capita* de 150litros/dia, daria para abastecer nove milhões de pessoas, que seria aproximadamente a população da região. Portanto, disse, a resposta à questão levantada pelo Sr. Marcelo Ásfora, que a transferência de 26 m³/s de vazão firme transferiria toda a demanda urbana da região para as águas do rio São Francisco, seria positiva, esse seria o conceito trazido. Informou que essa vazão seria, por um lado, destinada ao abastecimento humano na região receptora, que ficaria livre de qualquer incerteza de águas locais, e por outro, disponibilizaria os

recursos hídricos locais para outras aplicações. Portanto, concluiu, seria também como apresentou o Ministro Interino Pedro Brito, um projeto de desenvolvimento. Expôs que o custo de operação e manutenção do Projeto estaria estimado pelo Ministério da Integração Nacional em R\$0,18/m<sup>3</sup>, e pelo Sr. Marcelo Ásfora, em R\$ 0,12/m<sup>3</sup>. Disse acreditar que o preço mais factível seria o primeiro, opinando que ele deveria ser pago pelos cidadãos urbanos da região receptora, cabendo debates, conforme apontado pelo Sr. Marcelo Ásfora. Em seguida, com a palavra, o Conselheiro Ronaldo Pereira Lopes, do CERH-AL, disse que o Estado de Alagoas e parte da Bahia e de Pernambuco vinham sofrendo com o impacto ambiental oriundo das construções das barragens ao longo do rio São Francisco, mas ressaltou que elas seriam imprescindíveis para o desenvolvimento do Nordeste. Trouxe algumas informações técnicas referentes ao regime de vazão do rio São Francisco atualmente em vigor na região: não obstante a vazão média de 2.850m<sup>3</sup>/s, ocorreu uma cheia no ano passado onde teriam sido medidos 10.000m<sup>3</sup>/s, sendo que nesse período atual ocorreriam 1.500m<sup>3</sup>/s. Disse que esse seria o regime real da vazão do rio São Francisco, ou seja, as informações técnicas seriam precisas, mas caberia ressalva para realidade diária. Chamou atenção para a adoção de 26m<sup>3</sup>/s como a vazão permanente destinada ao Projeto, e que 127m<sup>3</sup>/s seriam acionados quando o lago de Sobradinho estivesse acima de 94% de armazenamento, o que teria acontecido há sete anos atrás, existindo estudos apontando para uma recorrência de 10 anos. Questionou se o País disporia de recursos pra investir em uma obra dessa magnitude no aguardo médio de sete anos para ser acionada. Com a palavra, o Conselheiro Manfredo Pires Cardoso, do CERH-BA, opinou que, diante das controvérsias apresentadas nessa reunião do CNRH, seria leviandade dizer que teria sido possível uma visão perfeita do Projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. Disse acreditar que qualquer deliberação decidida nessa reunião seria uma violência aos segmentos ali representados e um retrocesso no processo democrático. Passou então a palavra ao Presidente do CERH-BA, Deputado Federal Jorge Curi, que disse não discordar que o governo federal fora legitimamente eleito e, portanto, teria toda a condição de decisão e priorização dos projetos que pretendia realizar no seu período de governo e que, portanto, o Estado da Bahia não contestava a priorização do Projeto do Ministério da Integração Nacional. No entanto, destacou, um projeto tão polêmico como este exigiria um cuidado maior. Portanto, reforçando a necessidade da discussão, propôs que o debate fosse encaminhado às câmaras técnicas do CNRH, acreditando que tal fato não se constituiria em uma dificuldade para o cronograma pretendido. Dessa forma, apelou aos conselheiros, seriam mais bem discutidos os números apresentados, contribuindo para que se tivesse uma proposta mais bem equacionada que pudesse atender toda a população não só do nordeste setentrional, mas também da própria bacia. O Conselheiro Antônio Evangelista de Souza, do segmento das ONGs, passou a palavra ao Sr. Marco Amigo, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado da Bahia – CREA-BA, que ressaltou a preocupação do governo federal em relação à redução das diferenças regionais e o desenvolvimento integrado, um papel importantíssimo do atual governo e que deveria ser plenamente atingido, o que, segundo ele, infelizmente, não se conseguirá dentro de um mandato presidencial. Disse ter tido a possibilidade de comparecer à audiência pública realizada no último dia 15 de março, no Ceará, que teria, do ponto de vista técnico de condução, atendido aos seus objetivos, porque havia discutido os impactos do Projeto do ponto de vista ambiental. Ratificou a afirmação do Sr. Marcelo Ásfora, quando disse que o Projeto induziria à sub-utilização dos mananciais locais e ao abandono de soluções mais econômicas. Disse que no Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco não se vinha discutindo essa questão do ponto de vista regional, mas sim dentro da visão do desenvolvimento do Nordeste Setentrional, ficando claro que, no momento, não seriam atendidas suas necessidades hídricas. O Sr. Marco Amigo concluiu afirmando que, em sua opinião, o Projeto como fora colocado seria inviável economicamente. O Conselheiro Francisco Carlos Castro Lahóz, do segmento dos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, informou que, em momento posterior à data inicialmente prevista para essa XV Reunião Extraordinária, dia 30 de novembro passado, fora expedido documento pelo Coordenador do Fórum dos Comitês, encaminhado à Sra. Ministra Marina Silva e demais autoridades, enfatizando o seguinte: que fosse retomado de imediato o diálogo e a busca de consenso à exaustão objetivando privilegiar sempre o processo de negociação e a integridade do SINGREH, ainda em fase de implantação no país. Destacou que a gestão de recursos hídricos significaria, acima de tudo, negociação e administração de conflitos. Disse entender que, embora o processo não tenha passado pelas Câmaras Técnicas do CNRH, o que daria segurança a essa Plenária, deveria ser aberta uma última tentativa de negociação, interrompendo essa reunião por uma hora, ou por alguns dias, procurando-se evitar que, ao final desse processo, existissem vencedores ou vencidos. Exemplificou com o recente conflito deflagrado no Sistema Cantareira, no ano de 2004, envolvendo o primeiro e o segundo parques industriais do país, além de 21 milhões de habitantes. Indicou que houvera um início de debates repleto de controvérsias, tendo sido possível, ao final, o atingimento de um consenso e a assinatura de documentos contendo responsabilidades. O Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao Conselheiro Josemá de Azevedo, do

Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte – CERH-RN. Este iniciou dizendo que, na condição de Secretário de Estado, daria um depoimento aos companheiros deste Conselho. Inicialmente, afirmou que o Ministro Interino Pedro Brito fizera uma definição concisa para este Projeto, qual seja, seria um projeto de desenvolvimento econômico do nosso país e do nosso semi-árido. Em segundo lugar, informou que há cerca de dois anos os Estados do RN e da PB, bem como a ANA e o DNOCS, vinham discutindo a alocação de água na bacia do rio Piranhas-Açu, uma bacia hidrográfica fundamental para os dois estados citados. Após um ano e meio de discussão, disse, chegou-se no dia seis de dezembro passado, com a presença da Sra. Ministra Marina Silva, do Sr. Jerson Kelman, do Governador do RN e do representante do Governador da Paraíba, à assinatura de uma resolução definindo a alocação de água na bacia do rio Piranhas-Açu para os próximos dez anos, fato pioneiro no Brasil. Finalizando, o Sr. Josemá de Azevedo afirmou que esse Projeto seria essencial para o Rio Grande do Norte, em especial para o desenvolvimento do semi-árido estadual. O Sr. Shelley de Souza Carneiro, Conselheiro do CERH-MG, apontou a ausência de resposta à solicitação de apresentação do balanço hídrico das bacias receptoras e considerou que o Estado de Minas Gerais estaria sendo prejudicado pela sua não análise, de suma importância para a avaliação técnica do Projeto em questão. De pronto, o Sr. Jerson Kelman respondeu ao Sr. Shelley Carneiro que fora enviado pela ANA ao Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, em 08 de dezembro passado, ofício abordando esse assunto. Em seguida, o Sr. Shelley Carneiro passou a palavra ao Sr. José Carlos de Carvalho. Este afirmou que a gestão de recursos hídricos seria, em sua natureza, um processo de gestão de conflitos, iniciado, nesse caso, com a proposição de uma pactuação no âmbito da bacia. A existência de uma proposta legitimada do Governo Federal de interligação de bacias hidrográficas entre o São Francisco e bacias receptoras do nordeste setentrional, disse, significaria que a mediação deste conflito sairia da esfera do Comitê para se instalar na esfera do CNRH. Disse que seria natural se esperar que o CNRH estabelecesse um processo de mediação de conflito, se abstendo de decidir de uma maneira extremamente rápida, que não permitiria a plenitude desse processo. Considerou ser extremamente importante que um empreendimento de um bilhão e quinhentos milhões de dólares pudesse ser executado sem que nenhuma dúvida pairasse em relação aos seus objetivos. Disse que o Sr. Hypérides Macedo, do Ministério da Integração Nacional, referindo-se à apresentação do Sr. Marcelo Ásfora, teria afirmado que não deveria haver ansiedade para a elevação do nível da barragem de Sobradinho visando o atendimento ao Projeto, o que significaria a confirmação da tese de alteração da intenção de adoção da vazão firme de 26m³/s para o Projeto. Pelos estudos aqui apresentados, prosseguiu, mantida a operação atual da barragem de Sobradinho, ter-se-ia uma vazão vertida em apenas 22% do tempo, significando que o aproveitamento do eventual excesso ocorreria, em tese, em dois a cada dez anos. Então, disse, a primeira constatação seria o reconhecimento que, de um certo modo, haviam mudado o conceito e o paradigma do Projeto, mas que o projeto propriamente dito de engenharia continuaria sendo o mesmo. Considerando o exposto, propôs que fosse feita uma nova avaliação do Projeto por parte do empreendedor, sobretudo com relação ao alto grau de ociosidade antevisto para a obra. Reafirmando seu posicionamento, questionou porque se faria uma obra dimensionada para transportar 127m³/s, se seriam transportados 26m³/s firmes. E ainda, se seria econômica a sua execução. Disse que gostaria de encaminhar ainda uma outra questão para o empreendedor: teria sido demonstrado pelos dados aqui apresentados que em torno de 70%, quase 80%, das águas do Eixo Norte não seriam diretamente utilizadas para o abastecimento humano ou a dessedentação de animais, mas sim para uso econômico. Dessa forma, disse, não se estaria discutindo nesse momento a legitimidade desse processo, mas sim uma questão de prioridade para o uso da água. Solicitou destaque também para os dados apresentados pelo Sr. Marcelo Ásfora, que não poderiam ser contestados, sobre a existência, nesse momento atual, de 180 mil hectares de perímetro irrigado inacabado dentro da bacia, dos quais 30 mil prontos e sem nenhum cultivo. Indicou também que deveria ser colocada a questão de discussão da oportunidade do investimento, uma vez que o País estaria prestes a investir um bilhão e 500 milhões de dólares, sendo importante que as questões levantadas estivessem devidamente esclarecidas. Expôs sua concordância com o valor da vazão alocável de 360m³/s e também com a vazão consumida de 90m³/s, destacando, entretanto, a existência de uma demanda reprimida dentro da bacia, ainda não atendida. Uma vez que existiria um volume outorgado de 335m³/s, prosseguiu, considerando a sua não utilização plena, o CBH-SF havia se definido pela solicitação da revisão destes valores, objetivando uma adequação à realidade. Dito isso, questionou o que seria feito uma vez que se a outorga de 26m³/s fosse concedida pela ANA para o Projeto, seriam ultrapassados os 360m³/s considerados disponíveis. Respondendo pela ANA, o Sr. Jerson Kelman comparou a situação exposta à questão energética, ou seja, uma possibilidade de consumo de 1000 kW não se traduzia em uma cobrança de 1000 kW contínuos. Segundo ele, a vazão outorgada de 335m³/s poderia ser classificada como especulativa, pois existiria anteriormente, se constituindo em reserva para empreendimentos que não se materializaram. Com isso, concluiu, seria consenso que essas outorgas deveriam ser revistas e, em sua

maioria, diminuídas. Informou que a ANA já estaria em colaboração com os estados nesse processo de revisão e que, portanto, poderia se prever uma redução de valores dos atuais 335m³/s para algo como 90m³/s. O Sr. Jerson Kelman afirmou que não havia dúvidas da disponibilidade hídrica para o Projeto. Disse que o CNRH não deveria dedicar tanta atenção à questão da disponibilidade, mas àquelas endereçadas ao empreendedor, relacionadas ao custo do empreendimento, à capacidade de transporte de água nos momentos em que a barragem de Sobradinho estivesse vertendo. Referindo-se a essa última questão, indicou que ocorreria em 44% do ano e não apenas 20%, como fora dito anteriormente, ocasiões em que o ideal seria transportar toda a água para os açudes receptores. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra à Ministra Marina Silva, que reiterou o que já fora dito por vários conselheiros e convidados, do quão era importante a reunião que ali se realizava, certificando que em todas as colocações não havia sido negada a legitimidade do CNRH em deliberar sobre o tema. Disse que isso, por si só, já se constituiria num avanço do processo de gestão de recursos hídricos, na forma de gestão democrática, compartilhada e na determinação firme do MMA, responsável pela Política Nacional de Recursos Hídricos, em implementar as suas diretrizes de política ambiental. Enfatizou que nesse debate estariam presentes pelo menos três dessas diretrizes, sendo a primeira a do controle da participação social em espaços legítimos e democraticamente instituídos para isso, onde se situariam os vários Conselhos, inclusive este, que fora ampliado de 29 membros para 57, em atendimento a uma demanda da sociedade. A outra, disse, seria o empoderamento dos comitês de bacia, no caso o CBH-SF, que pela organização, importância e capacidade política e técnica vinha se constituindo numa referência, a exemplo do Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiá, entre outros, num processo de afirmação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Agradeceu as contribuições advindas do CBH-SF ao longo desses dois anos em que se encontrava à frente do MMA, na pessoa do seu Presidente, o ex-Ministro José Carlos Carvalho. Como terceira diretriz presente nesse debate, falou da importância da busca do desenvolvimento sustentável, afirmando que estaria ocorrendo um legítimo debate e uma legítima disputa pelos recursos desse país, tanto dos naturais quanto dos investimentos econômicos. Tendo em vista a condição necessária de parceria entre o SINGREH e o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, ressaltou que não teria dúvidas da importância do seu fortalecimento recíproco, realizado aqui com a contribuição de diferentes setores do governo e da sociedade, na realização de uma política integrada de meio ambiente. Disse que, ao assumir o MMA, algumas questões haviam surgido como grandes equações, como as relacionadas ao programa de integração de bacias. Portanto, prosseguiu, a importância do MMA como o espaço onde o gerenciamento dos recursos naturais, inclusive o esforço para mediar determinados conflitos deveria acontecer. Citou a reunião realizada em Penedo, com a presença do Vice-Presidente da República e do Ministro Ciro Gomes, onde fora feito um pedido pertinente por parte do Comitê, onde muito se falara de revitalização e quando fora assumido o compromisso de que, independentemente da questão da integração de bacias, o MMA iria trabalhar pela revitalização, o que estaria sendo efetivamente feito. Um outro aspecto importante, disse, seria a inexistência de um plano para a bacia do rio São Francisco, prerrogativa apresentada pelo CBH-SF para o encaminhamento das questões de integração de bacia. Com isso, prosseguiu, foram envidados esforços no âmbito do MMA, com a participação de todos os atores, conforme mencionado pelo Sr. Marcelo Ásfora, em um processo aberto, democrático e participativo, buscando o melhor da competência estabelecida nesse país, para que se pudesse pensar e elaborar o Plano da Bacia do rio São Francisco, através do suporte técnico da ANA. Observado o prazo de seis meses iniciado em outubro de 2003, disse, em abril de 2004 foi entregue o Plano ao CBH-SF, para que se promovesse o debate, ocorrendo sua aprovação em duas reuniões, uma em Juazeiro e outra em Salvador. Com a evolução dos debates, expôs a Sra. Ministra, chegou-se à conclusão, no âmbito do CBH-SF e com os diferentes setores da sociedade legitimamente preocupados com esse complexo debate, de que não bastaria o seu Plano de Bacia, mas que seria preciso que fosse pensada uma estratégia maior para o semi-árido brasileiro. Para tanto, disse, levantando-se o conjunto de ações e as prioridades existentes por parte da sociedade, dos governos locais, dos governos estaduais, da União, verificou-se a possibilidade de se ter um programa de desenvolvimento para o semi-árido brasileiro, aquiescendo-se mais uma vez a uma sugestão do CBH-SF, no sentido de que deveria ser proposta uma estratégia mais ampla para o semi-árido, que se configuraria num programa de desenvolvimento sustentável para essa região tão importante do país. Salientou que um outro fato merecedor de destaque seria o pedido, por parte do empreendedor, de que esse projeto de integração de bacias, no que concerne aos aspectos da disponibilidade hídrica, fosse avaliado pelo CNRH. Lembrou que o próprio Presidente do CBH-SF, Sr. José Carlos Carvalho, dissera que esse fórum não estaria revisando posições, mas sim cumprindo seu papel, naquilo que são as suas atribuições de acordo com a Lei nº 9.433, de 1997. Recordou ainda que o pedido de tramitação da matéria em regime de urgência fora aprovado por esse Plenário, que se pronunciara favoravelmente. Mesmo assim, prosseguiu, tendo em vista a existência de uma Moção do CBH-SF solicitando que não se fizesse a aprovação de qualquer proposta ou de qualquer encaminhamento na reunião de apresentação do

pedido de urgência, essa presidência acolhera a sugestão do Comitê, que indicava a necessidade de uma reunião específica para deliberar sobre a matéria. Isso feito, disse, foi providenciado no mês de novembro passado o agendamento de reunião conforme proposto, a qual, por decisão judicial, não se realizara. Avaliou que, portanto, estaria sendo agora realizada essa terceira tentativa de deliberar sobre a matéria. Disse que fizera esse histórico em respeito ao SINGREH e porque acreditava na consolidação e no aperfeiçoamento do seu processo de implantação e também, pela sua absoluta certeza de que as contribuições e os esforços realizados pelos agentes governamentais ou não governamentais e do mundo acadêmico deveriam ser aqui acolhidos, contando com o relevo que se faria necessário para que não pairassem dúvidas quanto à legitimidade e ao caráter democrático do processo. Expôs sua certeza de que não haveriam dúvidas que esse processo acolhera as várias contribuições de encaminhamento e que esse Conselho seria soberano para deliberar sobre aquilo que lhe é apresentado. Salientou que essa Presidência estaria encaminhando o processo de tramitação dessa matéria de acordo com a deliberação do Conselho, que seria soberano para tanto. Destacou o esforço realizado para consecução de uma agenda de revitalização para a bacia e que o MMA tinha se mostrado aberto para debater com o CBH-SF e os governos locais as prioridades de investimentos, na busca de uma resposta adequada do ponto de vista social, ambiental, econômico e político para uma questão tão complexa que diz respeito à vida de tantas pessoas. Finalizou agradecendo novamente ao CNRH, ao Sr. João Bosco Senra, ao Sr. Jerson Kelman, que estaria deixando a direção da ANA, e a todos os conselheiros, pelo caminho trilhado de acordo com a democracia e o gerenciamento correto dos recursos hídricos, salientando que, em nenhum momento, qualquer encaminhamento fora dado sem a observância da Lei e do Regimento Interno desse Conselho. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra a Sra. Ninon Machado, representante das ONGs, que destacou o grande momento histórico vivido e que, pela sua condição de moradora da cidade do Rio de Janeiro, beneficiária da transposição de águas do rio Guandú e, ainda, como membro do CEIVAP, tem consciência dos impactos que a transposição tem causado para todo o estado do Rio de Janeiro para beneficiar a então capital federal, mas cujos efeitos se fazem até a presente data em todo o território da bacia após a transposição. Disse que, em virtude de tudo isso, como medida de precaução, entendia como pertinente um pedido de vistas da matéria, e clamou pelo processo decisório no âmbito do CNRH. Afirmou que não se sentiria confortável para decidir, considerando os contraditórios trazidos pelas exposições ocorridas nessa plenária. Lembrou que fora no plenário da reunião do CNRH do dia 29 de outubro passado que havia pedido que essa matéria fosse levada para debate nas câmaras técnicas, que não poderiam ser excluídas. Afirmou ainda que nos processos de discussão democráticos, os poderes constituídos, inclusive o Judiciário, podem e devem, quando necessário, proceder a revisões, pois esse alerta fora feito justamente para que se evitasse que o Judiciário fosse chamado a intervir na questão. Portanto, novamente pleiteou que houvesse uma câmara técnica ou um conjunto delas para analisar o projeto ora em discussão. Afirmou que não seria contra a transposição, pelo contrário, desde que todo o desenvolvimento do nordeste fosse feito com sustentabilidade. Concluiu pedindo vistas do processo, pois, em seu entendimento, não haveria mais regime de urgência para o pleito do Ministério da Integração Nacional. Convidou então o Deputado Estadual de Sergipe, Sr. Augusto Bezerra, para falar. O Sr. João Bosco Senra disse que o pedido de vista seria analisado no processo de deliberação da matéria, em momento oportuno, e passou a palavra ao Deputado Augusto Bezerra, que ressaltou o povo de Sergipe e Alagoas, estados que estão na foz do rio São Francisco, como os que mais sofreriam as consequências desse processo de degradação do rio a montante. Solicitou uma reflexão aos conselheiros, pois, segundo ele, fora provado nessa reunião do CNRH que não haveria água para a efetivação do Projeto. Disse que nesse momento democrático seria importante lembrar que, conforme a Lei nº 9.433, de 1997, um plano de bacia definiria as prioridades de uso da água de uma bacia, o que já teria ocorrido no caso do CBH-SF, com a indicação do uso externo de suas águas apenas para o abastecimento humano e a dessedentação de animais, ficando o uso para produção restrito internamente. Destacou que o representante do Estado do Rio Grande do Norte dissera que a água que para lá fosse seria destinada para a criação de camarão e para a fruticultura, portanto, não para o abastecimento humano, e que dessa forma, essa questão legal precisaria ser considerada pela ANA quando da emissão da outorga para o Projeto. Por isso, ratificou seu pedido de reflexão aos conselheiros, considerando a seriedade do assunto e a desobediência à Lei por ele evidenciada. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra passou a palavra à Sra. Patrícia Boson, representante da Indústria. A Sra. Patrícia Boson disse que os procedimentos adotados para essa reunião estariam descumprindo o Regimento Interno do CNRH e que, portanto, apresentava ao Sr. Secretário Executivo uma questão de ordem com referência ao regime de urgência adotado para a matéria em discussão. Argumentou que, uma vez que o representante do Ministério da Integração Nacional, após apresentação da matéria em regime de urgência na XIV Reunião Extraordinária do CNRH, admitira sua apreciação em reunião específica agendada inicialmente para 30 de novembro de 2004, teria ocorrido a descaracterização do seu enquadramento no art. 14 do Regimento Interno, que disporia que matérias em

regime de urgência deveriam ser submetidas à deliberação na própria reunião que aprovou o respectivo regime de urgência. Ou seja, concluiu, a partir do momento em que a matéria fora transferida para a reunião seguinte, a tramitação passaria a submeter-se às regras gerais estabelecidas no Regimento Interno. Lembrou ainda que a Sra. Ninon Machado, representante das ONGs, teria apresentado na XIV Reunião Extraordinária requerimento de urgência para apreciação de proposta de moção solicitando que o Projeto de Integração do São Francisco fosse apreciado pelas Câmaras Técnicas. Esse requerimento de urgência, prosseguiu, não fora aprovado na ocasião e, portanto, conforme o disposto no § 4º, art. 14, do Regimento Interno, teria que ser apresentado na reunião subsequente do Conselho, o que não ocorrera. Ressaltou ainda que a proposta de resolução em apreciação nesta reunião conteria impropriedades técnicas e legais, em especial no seu art. 1º, que diz que o CNRH aprovaria o aproveitamento hídrico do Projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. Segundo a Sra. Patrícia Boson, tal aprovação seria resultado do ato de outorga pelo direito de uso de recursos hídricos, ou seja, um ato administrativo exclusivo da autoridade outorgante competente. Indicou que tal afirmação se substanciaria no art. 35, inc. III, da Lei nº 9.433, de 1997, que estabeleceria competência ao CNRH para deliberar sobre projetos, não sobre aproveitamentos hídricos. Em virtude do acima exposto, a Sra. Patrícia Boson apresentou ao Sr. Secretário Executivo um abaixo assinado (**Anexo VII**), respaldado por onze conselheiros, que solicitaria que fossem seguidas as regras do Regimento Interno do CNRH para que não houvesse prejuízo do exercício de suas competências, considerando os princípios e normas que regem a Política Nacional de Recursos Hídricos na adoção, como um dos seus postulados básicos, da descentralização das decisões políticas e técnicas. Passou então a palavra à Sra. Maria Luiza Werneck, advogada da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, e também Procuradora do Estado do Rio de Janeiro, para respaldo jurídico das questões acima expostas. Em sua fala, a Sra. Maria Luiza Werneck procurou demonstrar que a matéria em apreciação não se encontraria mais em regime de urgência, devendo ser observadas as regras gerais do Regimento Interno. Disse que a existência de uma reunião convocada especificamente para apreciar a matéria descaracterizaria o regime de urgência de sua tramitação, já que seria um item previsto em pauta. Com isso, concluiu, ela se submeteria às regras gerais, em especial o art. 12, § 1º, estabelecendo que “as propostas de resolução antes de serem submetidas à deliberação do Conselho deverão ser analisadas e aprovadas pelas competentes Câmaras Técnicas, bem como verificada sua compatibilização com a legislação pertinente”. Destacou o papel fundamental das Câmaras Técnicas na apreciação técnica, jurídica e de compatibilização das matérias com a legislação pertinente, o que seria inviável em uma reunião plenária. Lembrou do argumento utilizado na XIV Reunião Extraordinária, com base no inc. I, art. 39, do Regimento Interno: “Art. 39. Ao Secretário Executivo incumbe: I - encaminhar à apreciação do Plenário assuntos relacionados a recursos hídricos que lhe forem encaminhados, ouvidas as respectivas Câmaras Técnicas, quando couber;”. Indicou que o mesmo artigo, inc. IV, incluiria entre as incumbências do Secretário Executivo: “IV - remeter as matérias às Câmaras Técnicas;”. Comentou então que ambas as normas seriam mandatórias, competindo ao intérprete a verificação no Regimento Interno quando caberia a oitiva da Câmara Técnica, e quando não. Indicou que a única hipótese não cabível prevista pelo Regimento seria o regime de urgência, pela falta de tempo hábil. Entretanto, afirmou, uma vez convocada reunião específica para apreciação da matéria, deveriam ser observadas as regras gerais que obrigariam a oitiva das Câmaras Técnicas. Prosseguiu dizendo que todas as normas do Regimento Interno seriam dotadas de igual valor e dignidade, não cabendo preferência à norma da oitiva quando couber. Destacou ainda o argumento apresentado de soberania das decisões do Plenário, que desta forma, poderia decidir por maioria o que lhe aprouvesse. Questionou então se, com isso, poderiam ser contrariadas as normas do Regimento o que, em caso positivo, traria dúvidas quanto à sua precisão. Opinou que, assim sendo, o Regimento somente teria prevalência sobre a minoria, condição típica de um regime autoritário o que, acredita-se, não seria o caso do CNRH. Portanto, concluiu, caberia obediência ao Regimento Interno para deliberação sobre a matéria em questão, observando-se que suas regras gerais teriam igual valor imperativo e mandatório, principalmente em obediência ao princípio da participação informado pela Constituição Federal, art. 37, § 3º, principal instrumento de controle social. O Sr. João Bosco Senra, considerando que a Sra. Maria Luiza Werneck trouxera questionamentos jurídicos, solicitou um posicionamento do representante da CONJUR/MMA, Sr. Gustavo Trindade, que afirmou que as questões seriam procedimentais e regimentais. Indicou que a Sra. Maria Luiza Werneck admitira inicialmente que nos casos de regime de urgência não haveria a necessidade de análise pelas Câmaras Técnicas. Com isso, expôs, a única questão seria a definição, por esse plenário, da condição ou não de urgência da matéria. Lembrou que seu regime de urgência fora deliberado por esse plenário e acatado por maioria dos conselheiros, em sua XIV Reunião Extraordinária. E também, que a reunião agendada especificamente para sua apreciação em regime de urgência não ocorrera devido a uma ação judicial que impedira a sua instalação. Portanto, prosseguiu, a reunião estaria sendo instalada no dia de hoje, mantido o regime de urgência acatado e deliberado por este plenário na XIV Reunião Extraordinária. Por sua vez,

o Sr. Valter Otaviano Jr., da CONJUR/MMA, considerou que as palavras do Sr. Gustavo Trindade seriam suficientes para afastar qualquer tipo de alegação que poderia causar dúvida em relação ao regime de urgência dessa reunião. Disse que a tramitação de urgência fora aprovada por este plenário, o que estaria evidenciado na ata da respectiva reunião. Complementou dizendo que essa matéria já fora enfrentada em várias discussões judiciais, entendendo-se pela legalidade do procedimento acatado pelo CNRH, que poderia encaminhar a votação conforme deliberado, ou seja, em regime de urgência. A Sra. Patrícia Boson afirmou que a matéria nunca havia sido discutida judicialmente, conforme afirmado pelo representante da CONJUR/MMA. Indicou ainda que o Regimento Interno do CNRH não previa tramitação em regime de urgência, sendo que o fato de não constar em pauta é que caracterizaria um regime de urgência para uma matéria. O Sr. João Bosco Senra, após as ponderações, em havendo o entendimento pelo Plenário de que a questão regimental estaria sendo observada, deu continuidade à reunião, passando a palavra ao Sr. Maurício Garcia, do Ministério da Educação, que indicou seu desconforto e preocupação com a questão, informando sua participação em várias reuniões sobre a questão, inclusive do próprio CBH-SF, onde pudera observar o empenho das pessoas e a seriedade nas discussões. Ressaltou a responsabilidade dos conselheiros nesse processo deliberativo e apresentou uma proposta para análise da matéria: tendo em vista as afirmações trazidas nessa plenária sobre a exequibilidade do Eixo Leste e as manifestações contrárias ao Eixo Norte, porque não se conduzir a deliberação em separado para cada um deles. Concluiu dizendo que sua proposta deveria ser submetida à apreciação inicial do Ministério da Integração Nacional. A Ministra Marina Silva, ao se despedir, ressaltou ter feito questão de presenciar, até onde fosse possível, as apresentações e as várias intervenções dos conselheiros nessa reunião, mas que, infelizmente, teria de se ausentar. Cumprimentou a todos pelo alto nível do debate empreendido. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra a Sra. Cristina Yuan, representante da Indústria. A Sra. Cristina Yuan iniciou lembrando que desde a edição da Lei nº 9.433, de 1997, e depois em 2000, com a criação da ANA, o CNRH vinha se ocupando em deliberar sobre matérias relativas a normatização dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e a estruturação do SINGREH, tendo também aprovado a criação de uma série de comitês em bacias de rios de domínio da União, inclusive a do rio São Francisco. Destacou a importância desse fato para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, mas que, entretanto, essa reunião estaria atropelando todo esse histórico. Disse que os conselheiros haviam recebido uma massa de informações que propiciaria um maior conhecimento do Projeto, mas que, ao mesmo tempo, puderam perceber a existência de muitas dúvidas e conflitos relacionados às informações e aos conceitos. Expôs sua concordância com a competência do CNRH para decidir sobre o Projeto, destacando, porém, sua composição de cinquenta por cento mais um de membros do governo federal, cujos representantes teriam sido responsáveis pela aprovação do requerimento de urgência para essa matéria e, conseqüentemente, pelo impedimento de sua análise pelas Câmaras Técnicas do Conselho. Disse ainda que, como representante das indústrias, participante desse processo de gestão participativa e descentralizada, tão bem defendido pelo governo federal, não poderia aceitar essa forma de encaminhamento. Tendo em vista a massa de informações recebida, expôs seu posicionamento contrário à deliberação sobre o Projeto nessa reunião do CNRH. Em seguida, o Sr. José Nilson Beserra Campos, representante das organizações técnicas, destacou que análises estatísticas seriam necessárias, e por mais que pudessem ser defeituosas, não se poderia restringi-las a valores médios, utilizados, por exemplo, para o cálculo da vazão de demanda. Observou que a inserção da condicionante de sazonalidade na concessão de outorga de uso da água, como a proposta para o caso da represa de Sobradinho verter, seria algo novo e ainda em construção. Dito isso, ressaltou a necessidade de esclarecimentos sobre os valores apresentados nessa reunião para o período de recorrência desse regime de vazão, se de cinco ou dez anos, número importante para análise da viabilidade do Projeto. Disse que o tema da integração do rio São Francisco já fora debatido no âmbito da ABRH, quando da realização de um congresso regional na cidade de Fortaleza, em 1994. Opinou que não importaria o debate sobre o termo mais apropriado para a ação proposta, se transposição, interligação, integração ou transferência, mas sim a vazão pretendida, por quanto tempo, qual o uso da água, dentre outros. Observou que, até mesmo em congressos técnicos como os da ABRH, a abordagem desse tema sempre suscitaria divisões, uma vez que leituras diferentes levariam a resultados diferentes. Finalizando, lamentou o fato do Projeto não ter sido apreciado pelas Câmaras Técnicas, embora isso tenha sido uma consequência de decisões tomadas pelo Plenário. O Sr. João Bosco Senra convidou então o último inscrito para se pronunciar, o Sr. Francisco Assis de Souza Filho, representante das organizações de ensino e pesquisa, que salientou a ocorrência de duas discussões em paralelo, uma processual e outra substantiva, sendo ambas relevantes. Disse que, como não poderia mais agregar nenhum tipo de informação na processual, sinalizaria pela discussão sobre a questão substantiva de como administrar o risco ambiental no próprio processo de gerenciamento de recursos hídricos. Observou que a sociedade humana, desde os primórdios até atualmente, vinha tentando mitigar os seus riscos de existência, o que

teria motivado tanto a revolução da agricultura quanto todo o desenvolvimento do seu instrumental tecnológico. Referindo-se ao gerenciamento desse risco, no caso do semi-árido, citou a questão da variabilidade interanual, exemplificando com a média e a variação do Açude Orós, reservatório no Estado do Ceará com capacidade de armazenamento de 1 bilhão e 940 milhões de  $\text{hm}^3$ , onde, em alguns anos, a vazão afluyente seria superior a 4 bilhões de metros cúbicos, praticamente duas vezes seu volume de estoque, mas que, entretanto, em outros, se situaria em torno de 1 bilhão de  $\text{hm}^3$ , o que ocorreria a cada quinze anos, com uma grande variabilidade anual. Além disso, destacou a existência de um processo de evaporação muito elevado. Destacou ainda a variabilidade plurianual, tão grave ou até mais que a variabilidade interanual no nordeste semi-árido, onde as médias de uma década seriam diferentes das de outra. Citando novamente o Açude Orós como exemplo, disse que nos 85 anos da sua série histórica (1912 a 1996) a vazão média seria de  $27,1\text{m}^3/\text{s}$ , enquanto nos 18 anos que separariam 1941 de 1959, fora de  $9,7\text{m}^3/\text{s}$ , ou seja, 36% da vazão média. Indicou que isso havia gerado a adoção da garantia de fornecimento de 90% ou seja, a cada 10 anos um ano seria de falha, que aconteceriam normalmente concentradas num grande número de anos seguidos. O Sr. Francisco de Assis opinou que a utilização de apenas um valor de referência para a avaliação do Projeto seria insuficiente, sendo necessária a adoção de outros elementos, como a duração e a severidade das falhas. Indicou a existência de dois mecanismos para administração da variabilidade plurianual, sendo o primeiro a sua aceitação, tomando medidas de administração e adaptação. O segundo, complementou, seria acoplar aquele sistema de gerenciamento a alguma outra fonte com garantia permanente de água, visando a segurança da disponibilidade naqueles anos concentrados de escassez. Disse que esse seria essencialmente o objetivo de projetos de transposição de águas, um processo de gerenciamento de risco. Opinou que se deveria trabalhar alguma forma de mecanismo estrutural objetivando minimizar o problema da variação plurianual, entre outros riscos que poderiam comprometer o processo de desenvolvimento regional, pois as pessoas precisariam não somente ter acesso à água, mas também produzir, não apenas para irrigação, mas também para as indústrias que proporcionariam um investimento econômico mais intensivo. Afirmou que o tipo de desenvolvimento almejado para a região estaria diretamente associado ao tipo de gestão de risco dos seus recursos hídricos. Finalizando, disse que a discussão do Projeto em questão, independente do processo de aprovação em andamento no CNRH, deveria contribuir com o processo democrático brasileiro. Com isso, uma vez encerrados os pronunciamentos, o Sr. João Bosco Senra deu início ao *item 3 da ordem do dia: deliberação, em regime de urgência, sobre a proposta de Resolução que aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Disse que durante o processo dos debates houvera um pedido de vista dessa matéria apresentado pela Sra. Ninon Machado, representante das ONGs, o que, conforme previsto no Regimento Interno do CNRH, implicaria em um processo de votação de sua aceitação. A Sra. Ninon Machado solicitou então que fosse conferido o quorum da reunião, tendo sido verificada a presença de 48 conselheiros votantes, caracterizando o quorum deliberativo do CNRH. O Sr. João Bosco Senra colocou então em votação o pedido de vista da Conselheira: foram sete votos a favor do pedido de vista, trinta e oito contrários e três abstenções. O Secretário Executivo declarou rejeitado o pedido de vista em questão. Antes de dar início ao processo de discussão e votação da deliberação, a Sra. Ninon Machado foi à tribuna e disse que, tendo em vista a gravidade do momento e o seu lado histórico, somado à responsabilidade pessoal de cada um dos conselheiros e também no sentido de salvaguardar futuras responsabilidades atribuídas aos votantes, solicitava à plenária que a votação se fizesse nominalmente, por entidade e por segmento. O Sr. João Bosco Senra encaminhou consulta nesse sentido ao plenário. Não havendo nenhuma posição contrária ao pleito da Sra. Ninon Machado, ficou definido processo de votação nominal para deliberação sobre o item 3 da pauta dessa reunião. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra disse que teriam sido entregues à mesa diretora duas propostas de emendas substitutivas à proposta de resolução em tela, sendo uma encaminhada pelo Conselheiro Shelley Carneiro, do CERH-MG, e outra pelo Conselheiro Manfredo Pires Cardoso, do CERH-BA. Solicitou aos mesmos que fizessem as respectivas apresentações. Com isso, o Sr. Shelley Carneiro leu a seguinte proposta de nova redação: “Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico referente ao eixo leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério de Integração Nacional, para o abastecimento humano e a dessedentação animal, condicionado à implantação de amplo programa de desenvolvimento sustentável na totalidade do semi-árido brasileiro e da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com prazos definidos, metas e recursos financeiros assegurados. Art. 2º A aprovação de que trata o artigo 1º dessa Resolução está condicionada à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso dos recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais. Art. 3º Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.” Por sua vez, o Sr. Manfredo Cardoso disse que a forma proposta para a Resolução estaria levando o CNRH a romper com as normas institucionais que regeriam o

sistema de recursos hídricos. Apresentou em seguida a seguinte proposta de redação para os artigos da proposta de Resolução: “Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. §1º O aproveitamento referido no caput estará condicionado ao atendimento das prioridades e critérios de outorga para usos externos constantes no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco. Art. 2º A aprovação de que trata o artigo 1º desta Resolução está condicionada à obtenção e cumprimento pelo empreendedor dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso dos recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais. Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.” Abrindo para comentários, o Sr. João Bosco Senra passou a palavra à Sra. Patrícia Boson, representante da Indústria, que ponderou que o artigo 35 da Lei nº 9.433, de 1997, atribuiria a competência ao CNRH de deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cabendo, portanto, um questionamento da validade dessa reunião, uma vez que se constituiria em equívoco a deliberação sobre o aproveitamento hídrico. Disse ainda que a aprovação de um aproveitamento hídrico carecia da associação de valores. Por outro lado, prosseguiu, seria preciso inserir na resolução uma condicionante ditando sobre a aprovação da vazão ecológica, entre outras questões também ausentes do documento. Indicou também a ausência de referência à Resolução do CBH-SF que trata da questão, tendo em vista que o CNRH não poderia deliberar em contrário a uma decisão do Comitê. Prosseguindo, afirmou que o Projeto teria de constar como anexo à Resolução que estava sendo discutida, mesmo considerando a sua distribuição a todos os conselheiros. Finalizando, opinou que o Projeto apresentado pelo Ministério da Integração Nacional se caracterizava por uma complexa gestão de vazão, com reflexos em todos os Estados da bacia, sendo premente um arranjo institucional que respeitasse os princípios trazidos na lei, de gestão descentralizada e participativa. A Sra. Cristina Yuan, representante da Indústria, disse que, uma vez passada a primeira fase dessa reunião trazendo discussões conceituais sobre o Projeto em questão, entendia que nesse momento caberiam debates sobre a proposta de Resolução propriamente dita. Com isso, apresentou a primeira de suas dúvidas: o que estaria sendo efetivamente aprovado nessa Reunião, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional? O Secretário João Bosco Senra respondeu que a resposta estaria explicitada no art. 1º da proposta de Resolução: o aproveitamento hídrico do citado Projeto. O Projeto em si, prosseguiu, faria parte do processo de licenciamento ambiental e, nesse âmbito, seria então analisado. A Conselheira Cristina Yuan argumentou então que o inciso III, artigo 35, da Lei nº 9.433, de 1997, trazia como competência do CNRH “deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados”. O Secretário João Bosco Senra indicou que se tratariam de aspectos relacionados ao seu aproveitamento hídrico e não aos demais aspectos do projeto, como os econômicos e sociais. A Conselheira Cristina Yuan sugeriu então que, dessa forma, fossem anexados à proposta de resolução os parâmetros mínimos do Projeto, conforme pleiteado pela Conselheira Patrícia Boson anteriormente. A segunda questão apresentada pela Conselheira diria respeito ao art. 2º da proposta de Resolução, solicitando a definição da figura do empreendedor ali citado. O Sr. João Bosco Senra afirmou tratar-se do Ministério da Integração Nacional. Finalizando, a Conselheira Cristina Yuan informou que, portanto, apresentaria uma emenda ao art. 2º do documento discriminando o Ministério da Integração Nacional como empreendedor. O Sr. João Bosco Senra passou então a palavra ao Conselheiro Shelley Carneiro, do CERH-MG, que reforçou seu posicionamento de que o aproveitamento hídrico do Projeto deveria estar condicionado à Nota Técnica apresentada pela ANA, fundamento daquilo que estaria sendo decidido, o que precisaria estar claro na deliberação do CNRH. O Sr. João Bosco Senra solicitou ao Conselheiro que, como forma de contemplar tal pleito, fosse apresentada uma proposta de emenda ao artigo pertinente da proposta de Resolução, para apresentação ao plenário. No aguardo da apresentação dessa e demais emendas ao texto da resolução, declarou suspensos por dez minutos os trabalhos dessa reunião plenária. Após o recesso, foram recebidas 5 (cinco) propostas de emendas, sendo duas apresentadas pela Conselheira Patrícia Boson, da Indústria, e uma por cada um dos seguintes Conselheiros: Sr. Shelley de Souza, do CERH-MG; Sr. Manfredo Cardoso, CERH-BA; Sr. José Machado, do MMA. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra colocou em votação, sem prejuízo das emendas apresentadas, a deliberação apresentada pelo Ministério da Integração Nacional. Após a conferência da presença de quorum deliberativo, verificou-se 36 (trinta e seis) conselheiros favoráveis a aprovação da proposta de resolução apresentada pelo Ministério da Integração Nacional, que em votação nominal foram os seguintes: Sr. Eugênio Messer Rybalowsky – Ministério da Fazenda; Sr. Gerson Ricardo Narcizo – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Bernardo Paranhos Velloso – Ministério das Relações Exteriores; Sr. Luiz Eduardo Garcia – Ministério dos Transportes; Sr. Maurício Dutra Garcia – Ministério da Educação; Sr. Carlos Eugênio Timo Brito – Ministério da Justiça; Sr. Johnny Ferreira dos Santos – Ministério da Saúde; Sr. Aloysio Guapindaia – Ministério da Cultura; Sr. Márcio Hirata – Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sra. Maria Carmen Germano Braga –

Ministério das Cidades; Sr. João Lúcio Farias de Oliveira – Ministério da Integração Nacional; Sr. Hypérides Pereira de Macedo – Ministério da Integração Nacional; Sr. Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkies – Ministério da Defesa; Sr. José Antônio Prado da Silva – Ministério da Defesa; Sr. Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Demétrio Florentino de Toledo Filho – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Luiz Novaes de Almeida – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Antônio Eduardo Guimarães dos Reis – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão – Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. Julio Thadeu Silva Kettelhut – Ministério do Meio Ambiente; Sr. José Machado – Ministério do Meio Ambiente; Sr. Weber de Avelar Silva – Ministério do Meio Ambiente; Sr. Eduardo de Freitas Madeira – Ministério de Minas e Energia; Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery – Ministério de Minas e Energia; Sr. Gualter de Carvalho Mendes – Ministério de Minas e Energia; Sr. João Donato Scorvo Filho – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Sra. Teresa Cristina Nascimento Sousa – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Sr. Lívio William Reis de Carvalho – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins; Sr. Ruy Brasil Assis – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; Sr. Ednardo Rodrigues – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Ceará; Sr. Francisco Xavier Monteiro da Franca – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba; Sr. Josemá de Azevedo – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte; Sr. Dalton Melo Macambira – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Piauí; Sr. Jairo dos Santos Lousa – Irrigantes; Sr. Mozart Bandeira Arnaud – Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; Sr. José Eduardo Costanzo – Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica. Os 02 (dois) votos contrários foram os dos conselheiros: Sr. Shelley de Souza Carneiro – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais; Sr. Wilson José Valentini – Irrigantes. Dez (10) conselheiros se abstiveram de votar, quais sejam: Sr. Walder Suriani – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; Sr. Hernani Goulart Fortuna – Hidroviários; Sr. Nelson Pereira dos Reis – Indústria; Sra. Maria Cristina Yuan – Indústria; Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz – Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas; Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas; Sr. José Nilson Beserra Campos – Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; Sra. Ingrid Illich Muller – Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; Sra. Ninon Machado de Faria Leme Franco – Organizações Não Governamentais, justificando seu voto pelo não atendimento às normas regimentais do CNRH, e não oitiva das câmaras técnicas competentes; Sr. Antônio Francisco Evangelista de Souza – Organizações Não Governamentais. O Conselheiro Nelson Pereira, da Indústria, justificou seu voto dizendo que, tendo em vista as controvérsias geradas pelas informações técnicas apresentadas, entendia que o Projeto e a proposta de Resolução deveriam ser remetidos à apreciação das Câmaras Técnicas do CNRH, com posterior retorno a esse Plenário. A Conselheira Cristina Yuan, da Indústria, justificou sua opção pela abstenção por discordar do processo adotado para deliberação sobre o Projeto. Na justificativa de seu voto de abstenção, a Conselheira Ninon Machado, das ONGs, destacou a necessidade de se repensar o CNRH, para o que convocou todos os segmentos, além do Governo Federal, na busca do atendimento ao caráter nacional do CNRH. Observou que a condição de maioria do Governo Federal na composição do Conselho tornaria inviável qualquer tentativa de pacto no seu âmbito para a gestão dos recursos hídricos. Lembrou aos conselheiros que as decisões dessa Reunião poderiam significar dificuldades quando do estabelecimento da forma de gerenciamento de recursos hídricos das setenta e quatro bacias transfronteiriças existentes no território nacional. Na sua declaração de voto, solicitou registro do seguinte trecho integrante da conclusão de documento publicado pelo Banco Mundial em 2003, em análise sobre o projeto de transposição do rio São Francisco, qual seja: “...os assuntos colocados, a implementação de projetos complexos e de grande magnitude exige tempo adequado de maturação e abordagem de questões que transcendem os aspectos técnicos de engenharia; um trabalho abrangente de planejamento e preparação pode significar a diferença entre um projeto coroado com êxito e benefícios para a sociedade e um projeto inócuo ou até mesmo prejudicial ao país e à região”. O Sr. João Bosco Senra, após as justificativas de voto, passou para a deliberação das cinco emendas apresentadas à mesa. Como primeira emenda apresentada, leu a do Conselheiro Shelley de Souza, do CERH-MG, de substituição integral do artigo 1º pelo seguinte: “Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico referente ao Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional, para abastecimento humano e dessedentação animal, condicionado à implantação de amplo programa de desenvolvimento sustentável da totalidade do semi-árido brasileiro da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com prazos definidos e recursos e metas assegurados.” Efetivada consulta ao Plenário, foi rejeitada pela maioria a proposta do Conselheiro Shelley de Souza. O Sr. João Bosco Senra passou então à emenda seguinte, de caráter aditivo, apresentada pelo Conselheiro Manfredo

Cardoso, do CERH-BA, de inserção do seguinte parágrafo no artigo 1º da Resolução: “§1º O aproveitamento requerido no *caput* estará condicionado ao atendimento das prioridades e critérios de outorga para usos externos constantes do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco”. Em votação, a emenda apresentada pelo Conselheiro Manfredo Cardoso foi rejeitada. A terceira proposta a ser colocada em votação, apresentada pela Conselheira Patrícia Boson, da Indústria, propunha alteração do texto do artigo 1º e substituição do seu §1º, conforme a seguir: “Art. 1º Aprovar o projeto de aproveitamento de recurso hídricos denominado Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério de Integração Nacional, conforme síntese constante no Anexo I desta Resolução. §1º O aproveitamento hídrico do Projeto deverá respeitar as prioridades de uso aprovadas pelo CBH-SF.” Em votação, essa primeira proposta de emenda da Conselheira Patrícia Boson foi rejeitada. A sua segunda proposta de emenda trazia uma modificação do texto de artigo 2º e a inclusão de parágrafo único, conforme a seguir: “Art. 2º A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deverá encaminhar à apreciação do Conselho proposta de criação de uma instância institucional para gestão operacional do empreendimento, ouvido previamente o CBH-SF. Parágrafo único. A instância gestora de operação do Projeto de que trata o *caput* deste artigo deverá contar com a participação das entidades federadas que integram a bacia hidrográfica do rio São Francisco.” Em prosseguimento, colocada em votação a segunda proposta da Conselheira, foi definida a sua rejeição. Finalizando as cinco propostas de emendas apresentadas, o Sr. João Bosco Senra leu a do Conselheiro José Machado, do MMA, aditiva ao artigo 1º da proposta de Resolução apresentada pelo Ministério da Integração Nacional, com o seguinte conteúdo: “Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional, nos termos da referida Nota Técnica nº 492/2004/SOC, de 23 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Águas – ANA”. Colocada em votação, a emenda foi aprovada. Concluindo esse item de pauta, o Sr. João Bosco Senra, considerando o resultado das votações, afirmou que fora aprovada por esse Plenário do CNRH, em regime de urgência, a proposta de Resolução que aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentada pelo Ministério da Integração Nacional, com modificação em seu artigo 1º, que passou a ter seguinte redação: “Art. 1º Aprovar o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, apresentado pelo Ministério da Integração Nacional, nos termos da referida Nota Técnica nº 492/2004/SOC, de 23 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Águas – ANA.”. O Sr. João Bosco Senra passou então à votação sobre proposta apresentada pela Conselheira Ninon Machado, em regime de urgência, para que esse Plenário deliberasse que “a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos efetive o pagamento das diárias e passagens como prescrito no Decreto de 5 de novembro de 2004, e que caso seja necessário a expedição de ato administrativo por parte deste plenário, que sua Presidente o pratique *ad referendum*.” O Sr. João Bosco consultou o Plenário pela inclusão da proposta da Conselheira Ninon Machado em discussão, não havendo nenhuma manifestação contrária. Portanto, colocou em votação a proposta, obtendo a concordância dos Conselheiros pela sua aprovação. Finalizando os trabalhos, o Sr. João Bosco Senra agradeceu as contribuições e a presença de todos e nada mais havendo a ser apreciado, declarou encerrada essa XV Reunião Extraordinária do CNRH, de onde se extraiu esta ata que, após aprovada pelos conselheiros do CNRH, será assinada pela sua Presidente e pelo seu Secretário Executivo.

Ata aprovada na XIII Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 18 de julho de 2005.

**MARINA SILVA**  
Presidente

**JOÃO BOSCO SENRA**  
Secretário Executivo